Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz

Heitor Frúgoli Jr e Enrico Spaggiari

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1870>

DOI: 10.4000/pontourbe.1870

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Heitor Frúgoli Jr e Enrico Spaggiari, « Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz », *Ponto Urbe* [Online], 6 | 2010, posto online no dia 31 julho 2010, consultado o 20 abril 2019.

URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1870> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1870

Este documento foi criado de forma automática no dia 20 Abril 2019.

© NAU

Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz

Heitor Frúgoli Jr and Enrico Spaggiari

AUTHOR'S NOTE

Pesquisa desenvolvida desde 2007 pelo Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), posteriormente com apoio do CNPq (Frúgoli Jr., 2008a).

O presente artigo baseia-se em trabalho de campo realizado por Heitor Frúgoli Jr. e Enrico Spaggiari (Paula de S. D. Faria participou numa única oportunidade), mas também se vale da colaboração dos participantes da pesquisa mais ampla: os pós-graduandos Guilherme A. Aderaldo, Giancarlo M. C. Machado e Natália H. Fazzioni, os graduandos Isadora Z. da Fonseca e Bruno Puccinelli e os graduandos Weslei E. Rodrigues, Karina Fasson e Júlio C. Talhari; já colaboraram Jessica Sklair, Carlos F. de Aquino, Daniel De Lucca R. Costa, Inácio C. D. de Andrade, Fábio C. Julião, Marina A. Capusso, Paula S. D. Faria, Laís Silveira e Bianca B. Chizzolini (todos integram ou já integraram o GEAC). Para um quadro das primeiras etapas dessa investigação, ver Frúgoli Jr. e Sklair (mar./2008 e dec./2009). Agradecemos aos comentários quando da apresentação da atual pesquisa no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (Lisboa, 2009), na IX Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (2009), no Centre for Latin American Research and Documentation (CEDLA, Amsterdam, 2010), na disciplina “The city in Latin America”, ministrada pelo Prof. Dr. José C. G. Aguiar (Department of Latin American Studies, Leiden University, 2010) e no evento “Configuração sócio-territorial e urbanismo” (promovido pelo Teatro da Vertigem, São Paulo, 2010). Também somos gratos a todos aqueles com quem interagimos e entrevistamos ao longo dessa pesquisa, especialmente aos integrantes do Centro de Convivência É de Lei, principais interlocutores desse texto.

Introdução

- 1 A explicitação dos objetivos desse artigo exige uma brevíssima retomada dos caminhos percorridos até aqui pela presente pesquisa¹. Se um dos pontos de partida dessa investigação foi a possibilidade de pensar determinados processos socioculturais em curso no bairro da Luz (localizado na região central de São Paulo) sob a perspectiva do conceito de *gentrification*², pode-se dizer que o trabalho de campo tem-nos levado a relativizar significativamente o alcance do mesmo, bem como vislumbrar outras possibilidades analíticas mais consistentes do ponto de vista antropológico³.
- 2 Nossas investigações têm basicamente buscado reconstituir diversas redes de relações e conexões situadas no *entremeio* de duas representações relativamente recorrentes sobre a Luz: a de *bairro cultural* (tornada possível pela criação e fortalecimento de diversas instituições culturais pelo Estado desde meados da década de 1980)⁴ e a de *cracolândia* (estigma de degradação e criminalidade decorrente da presença, em ruas do bairro, de diversos usuários de crack, dentre eles homens, mulheres e meninos em situação de rua, profissionais do sexo etc.)⁵.

Vista da região da Luz (do topo do Edifício Santa Josefa): no centro, a R. Mauá; ao fundo, a Praça Júlio Prestes e a antiga rodoviária; à direita, a Estação Júlio Prestes (foto: Heitor Frúgoli Jr.)

- 3 Tal ênfase na observação etnográfica de relações e entrelaçamentos tem-nos permitido relativizar o modo como certas abordagens amparadas pelo conceito de *gentrification* tendem a demarcar separações muito rígidas entre mundos sociais, com uma delimitação por vezes bastante categórica sobre inserções em classes sociais diferenciadas (ainda que amparadas por classificações sobre estilos, gostos, trajetórias educacionais etc.). Um desdobramento problemático disso é a configuração, para os termos de análise, de um “antes” e um “depois” (reformulado em termos de composição social e de determinados usos do espaço) também questionável, se levarmos em conta dinâmicas complexas que permeiam as relações entre continuidade e mudança⁶.
- 4 Pode-se também dizer que a polaridade *bairro cultural* – *cracolândia* dialoga com oposições entre *requalificação* e *deterioração* que perduram, com relação à área central de São Paulo,

desde o início dos 1990, embora possam ser pensadas como desdobramentos de outras oposições anteriores⁷.

- 5 Tais polaridades não se restringem evidentemente a um plano retórico, já que, principalmente durante determinadas intervenções urbanas – em que se conflagram e intensificam alguns conflitos de ordem sociocultural – ajudam a reafirmar e fixar uma representação de mundos totalmente distintos e em oposição.
- 6 Nossas práticas etnográficas têm se concentrado, desse modo, em segmentos da população local da Luz – principalmente moradores e comerciantes –, em usuários e frequentadores de suas ruas e de alguns equipamentos públicos, bem como em atores sociais relacionados (muitas vezes como *mediadores*) mais diretamente à chamada cracolândia – abordada como uma espécie de *territorialidade itinerante*, como veremos a seguir. É justamente esse último âmbito que o presente artigo enfocará⁸.
- 7 Ao pesquisarmos esse bairro⁹, era inevitável empreendermos uma observação mais sistemática do que se convencionou chamar de cracolândia, para além de uma série de representações estigmatizantes veiculadas pela mídia, que de certa forma atualizam a criminalização da pobreza – à medida que se estendem para o bairro (e adjacências) como um todo, e não para uma parte do mesmo (como se pode depreender das centenas de matérias da grande imprensa a respeito)¹⁰.
- 8 É importante frisar que, quando perguntamos a moradores, comerciantes e frequentadores das ruas da Luz sobre o que achavam do bairro, foi muito expressiva a representação do mesmo como marcado pela presença do(s) *nóia(s)*¹¹, uma referência nativa recorrente aos usuários de crack, menção essa muito mais acionada do que o termo “cracolândia” (bastante presente na mídia impressa e televisiva). Um desdobramento recorrente dessas falas seria, sinteticamente, o seguinte: “*tirando os nóia(s), (o bairro) é bom*”. Foi também possível constatar que embora Luz e Centro se entrelacem enquanto representações espaciais¹², o termo Luz remete claramente aos nórias – marcados pela sua presença física nas ruas e associados simbolicamente a uma série de estigmas, como sujeira, perigo, ameaça à segurança (principalmente à noite), drogas, encrenca, vergonha etc. (Frúgoli Jr. e Sklair, mar./2008, 5-6 e dec./2009, p.124-125)¹³.
- 9 Nossa hipótese é de que a cracolândia constituiria uma espécie de territorialidade itinerante (Perlongher, 1987 e 2005 [1988]), o que significa situá-la numa certa área urbana, mas sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas. Antes de nossas primeiras idas a campo, seu perímetro específico (definido pela prefeitura e bastante divulgado pela mídia impressa) era justamente a área pentagonal onde se pretendia instalar o projeto municipal Nova Luz (Prefeitura do Município de São Paulo, dez./2005)¹⁴. Tal delimitação tão rígida revelava estratégias de intervenção urbana voltadas à criação de espaços potencialmente sujeitos a forte valorização imobiliária.

REFERÊNCIAS ESPACIAIS DA REGIÃO DA LUZ

- 10 Já em nossas observações iniciais, a partir de outubro de 2007, quando já tinham ocorrido as primeiras demolições no mencionado pentágono, as principais concentrações de usuários de crack tinham se transferido para algumas quadras dali, fora de tal perímetro.
- 11 Há também momentos em que o uso de outros espaços públicos da região central pelos usuários de crack ganha visibilidade, em parte devido a uma série de deslocamentos desses últimos, principalmente quando ocorrem operações mais abrangentes e integradas de intervenção pelo poder público na Luz, como veremos adiante¹⁵.
- 12 Assim, como já dito, além das intervenções acarretarem, por uma conjunção de fatores, uma exacerbação de certas polaridades, no caso da chamada cracolândia passamos a trabalhá-la etnograficamente, com base na existência de um processo de dispersão e conversão para alguns pontos estratégicos mais restritos, tendo como hipótese de zona irradiadora da mesma a região da Luz.
- 13 Levando portanto a sério a ideia da cracolândia como uma modalidade de territorialidade itinerante e um campo de relações, buscamos estabelecer uma *aproximação etnográfica* desse contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais, através do contato com uma série de entidades, ONGs e instituições (de natureza bastante diversa) que têm se pautado por relações diferenciadas com certos atores sociais locais. Dessa forma, a relação estabelecida por cada uma dessas entidades com tal contexto revela diferentes facetas do mesmo, como as que enfatizam o atendimento de crianças de rua da região – como o Projeto Quixote ou a Travessia – ou das profissionais de sexo – como o GMEL (Grupo Mulher, Ética e Libertação) –, além daquelas que constituem relações com variados atores sob a ótica da redução de danos – como o Centro de Convivência É de Lei –, sem falar de outras que buscam travar aproximações de caráter religioso com distintos grupos – como a CENA (Comunidade Evangélica Nova Aurora), a PMM (Pastoral da Mulher Marginalizada) ou a Igreja Batista.
- 14 Cada um desses grupos qualifica ou identifica tais atores de modo diferenciado, ainda que possa haver certas confluências ligadas à questão do uso do crack. Nesse artigo,

abordaremos nossas interações com a entidade É de Lei nas suas relações com o contexto em questão, que se realizam através de ações voltadas à redução de danos, com atendimento preferencial aos usuários de crack, com base no contato direto com estes nas ruas da região da Luz e num centro de convivência. Desse modo, enfatizaremos nossa descrição desse tipo particular de ação que é, ao mesmo tempo, uma espécie de construção identitária sobre o público atendido.

- 15 Assim, a partir do contato regular com essa entidade, pudemos nos aproximar, do ponto de vista etnográfico, de *usuários de crack* das ruas da Luz e regiões limítrofes, deixando claro que nosso enfoque é predominantemente sobre as relações estabelecidas por essa entidade com os mesmos, ou seja, interessa- nos entender certas mediações estabelecidas com o contexto da chamada cracolândia, através das quais pretendemos chegar a outros tipos de agentes mediadores envolvidos nesse campo de relações.
- 16 Resta ainda ressaltar que se trata de uma abordagem etnográfica que não pretende (nem poderia) substituir as numerosas e crescentes abordagens e interpretações sobre o tema (principalmente na mídia impressa e televisiva), mas analisá- las sob a ótica de nossas experiências de pesquisa.

O É de Lei e a prática de redução de danos: o acesso aos usuários de crack

- 17 O Centro de Convivência É de Lei, entidade que atua na redução de danos junto a usuários de crack, surgiu em 1998, vinculado ao NEPAIDS¹⁶, e tornou-se uma ONG em 2001. Inicialmente, concentrava-se no atendimento aos usuários de drogas injetáveis, com a realização de “trabalhos de campo”¹⁷ em boates e casas noturnas¹⁸. Aos poucos, iniciou suas atividades como um centro de convivência para usuários de drogas.
- 18 Segundo Marina dos Passos Sant’Anna – então presidente e coordenadora da entidade em 2007¹⁹ –, o deslocamento do foco para o atendimento aos usuários de crack teve início em 2002, depois da apresentação ao Ministério da Saúde de um projeto piloto, que foi então escolhido junto a outros quatro, de diferentes unidades federativas.
- 19 Segundo ela, que ingressou no É de Lei em 2003 – época em que o trabalho já vinha sendo desenvolvido na cracolândia –, diversas razões teriam levado à alteração gradativa do público-alvo, tais como diminuição do número de usuários de drogas injetáveis, morte de usuários e migração para outras drogas. Ela aponta, ainda, um caráter mais público no uso dessa droga: “era uma coisa bem mais explícita, feita na rua mesmo”. Tal mudança implicou ainda uma adaptação do É de Lei aos novos métodos de trabalho.
- 20 Embora desde o início a entidade tenha obtido pouco financiamento para a distribuição de insumos e protetores labiais aos usuários de crack, pois “para o poder público a redução de danos não tem retorno”, a mesma logrou implementar uma unidade móvel em 2004, com o objetivo de ter acesso aos usuários nas ruas do centro da cidade. O objetivo, segundo Marina, era “levar a sede ao campo” e assim convencer os usuários a conhecer e frequentar o espaço de convivência do É de Lei²⁰.
- 21 Pudemos acompanhar, durante uma semana (dez./2007)²¹ as atividades e serviços desenvolvidos por eles em seu centro de convivência, um espaço de interação para usuários de drogas, onde evidentemente é proibido o uso e se promovem discussões e

reflexões sobre práticas sexuais preventivas e o padrão abusivo de drogas, conforme o relato abaixo:

- 22 A convivência ficava aberta de segunda a sexta- feira, das 14h às 18h. Durante o período de atendimento, pelo menos um redutor de danos ficava de plantão no espaço para o atendimento aos usuários e realização de atividades com os mesmos. Neste espaço, conversamos mais detidamente com dois agentes da entidade, ambos funcionários remunerados. Presenciamos diversas atividades promovidas pelos funcionários naquela semana: sessão de filmes (no DVD), jogos de xadrez e dominó, debates sobre drogas e conversas sobre assuntos variados. Embora tenha sido um período de pouca frequência de usuários – talvez pelo fato de estarmos na última semana antes das festas de fim de ano –, percebemos que as conversas entre os presentes (em média, oito pessoas passavam por dia pelo espaço) gravitavam, na maioria das vezes, em torno de questões referentes ao centro de São Paulo: comércio, oportunidades de trabalho, novas demolições, assassinatos e assaltos, ações da polícia etc.
- 23 O trabalho de campo do É de Lei tem sido realizado na região central da cidade, mais precisamente na área denominada como Luz²². Os primeiros contatos para sua realização foram difíceis, tanto na interação com a polícia, quanto com os próprios usuários, muitos deles desconfiados com a presença dos integrantes da entidade nas ruas da região. A distribuição de insumos, por exemplo, passou por diversas etapas. Testou-se inicialmente a distribuição de cachimbos de madeira, que de um modo geral não foram aceitos pelos usuários, já que preferiam manter o uso de cachimbos feitos com antenas de carros. Atualmente são entregues basicamente piteiras de silicone, protetores labiais (batons de manteiga de cacau) e preservativos, além de folhetos sobre o centro de convivência e formas de prevenção de várias doenças. A relação com os policiais também dificultou os primeiros meses de trabalho na região da Luz. Segundo Marina, a polícia “chegava dando enquadros na equipe”.
- 24 Por estas e outras razões, segundo ela, demorou para o É de Lei ter uma inserção na região, embora tenhamos constatado a forma amistosa e receptiva com que os agentes da entidade são quase sempre recebidos pelos usuários de crack nas ruas, o que muito provavelmente atesta uma confiabilidade construída ao longo do tempo. Isso inclui a possibilidade de que, vez ou outra, tal atuação possa ser eventualmente contestada, dialogicamente, pelos próprios usuários. Durante uma de nossas idas com o É de Lei²³, realizada em 16/10/2008, um rapaz, que afirmou usar crack, comentou (com os agentes do É de Lei e conosco) que o trabalho de redução ou prevenção de danos não ajudaria “na resolução do problema”. Uma possível solução seria trazer “um órgão humano estragado num pote de vidro com formol, para mostrar”. “Tem que chocar”, afirmou ele. Nesse mesmo dia, outro usuário (aparentando ter mais de 40 anos)²⁴ comentou: “É utopia receber essa piteira (distribuída pelos agentes), dá uma sensação de ‘legalize it’”²⁵. Foi-nos relatado que certo dia um usuário aceitara a piteira de silicone, embora tenha dito que pretendia partilhá-la com outras pessoas (ou seja, questionando a proposta de um uso individualizado das mesmas por parte dos agentes redutores de danos).
- 25 A ida da equipe ao campo ocorria então uma vez por semana, sempre no período da tarde, entre 15h e 18h, contando com dois ou três integrantes²⁶. A partir da sede da entidade, localizada em uma galeria na Av. 24 de Maio, a equipe percorria algumas ruas e avenidas do centro da cidade para enfim chegar à área denominada como Luz.
- 26 A preocupação com a saúde dos usuários era visível durante tais idas, quando a equipe também procurava realizar, na medida do possível, algum pequeno atendimento médico.

Certa vez (dez./2007), na Praça Júlio Prestes, um dos agentes ajudou um rapaz negro que estava com o calcanhar bastante ferido a passar gel desinfetante no machucado. Em outras observações, pudemos acompanhar iniciativas do É de Lei para montar parcerias com órgãos e entidades da área de saúde que trabalham na região²⁷.

- 27 Apesar das dificuldades, um dos agentes ressaltou que a constante presença nas ações de campo ajudou a criar vínculos um pouco mais significativos com os usuários, como também a ampliar relações com os demais atores – comerciantes, moradores, prostitutas, travestis – que atuam na chamada cracolândia.

Novas configurações nos usos do espaço: “hoje tem passeata de núcia!”²⁸

- 28 Notificados antecipadamente pelo Ministério da Saúde sobre a Operação Limpa, que viria a ocorrer em março de 2005²⁹, os agentes do É de Lei não aceitaram o convite de participar na mesma, dado que não concordavam com tal proposta da intervenção³⁰. Bruno Ramos Gomes, também agente do É de Lei³¹, destacou que os anos posteriores à Operação Limpa foram difíceis, pois encontravam resistência da Prefeitura para colaborar com as ações de campo, uma vez que tal operação objetivava “limpar” a área conhecida como cracolândia, ou seja, retirar, através de um conjunto combinado de ações – com ênfase na intervenção policial – os usuários de crack daquela região³².

ESTABELECIMENTOS DA LUZ INTERDITADOS APÓS A OPERAÇÃO LIMPA (FOTO: HEITOR FRÚGOLI JR.)

- 29 Segundo Marina, após a Operação Limpa no já mencionado pentágono identificado como cracolândia, quando muitos hotéis foram fechados, os usuários de crack teriam migrado para a região da antiga rodoviária, em frente à Estação Júlio Prestes, e próximo ao Parque da Luz e Praça Princesa Isabel, embora observasse que “os usuários sumiram com a Operação Limpa, mas muitos estão voltando”.
- 30 Dessa forma, o perímetro do projeto Nova Luz (alvo preferencial da Operação Limpa) continuava a ser um espaço de atendimento do É de Lei, prolongando-se no entanto para os novos locais de concentração de usuários, como pudemos observar em diversas ocasiões, tal como no campo realizado em 18/12/2007 (a partir da R. dos Protestantes)³³: Havia por volta de vinte e cinco usuários, sentados no chão das calçadas junto às casas e

muros, e um deles, mais velho e com dificuldades de locomoção, no chão da rua. A maioria deles pedia a piteira ou o batom de manteiga de cacau. Um homem, aparentemente bêbado, tentava insistentemente obter a caixa inteira com preservativos³⁴. Vários consumiam crack naquele momento. Um segurança passou por eles e os dispersou temporariamente, embora não tenha sido hostil conosco. Segundo um dos agentes do É de Lei, esse rapaz seria o famoso “Paulo Paulada”³⁵.

- 31 Na maioria dos campos realizados, o destino preferencial era a Rua Helvetia, lugar de maior concentração de usuários³⁶. Isso representava uma pequena mudança no enfoque territorial com relação a idas anteriores, quando o principal ponto de atendimento era a Princesa Isabel. Porém, como afirmou Bruno, a grande concentração de usuários na Helvetia nos últimos meses fizera com que eles decidissem, aos poucos, a iniciar o trabalho ali.
- 32 Novos tópicos assinaláveis aparecem no seguinte relato:
- 33 9/10/2007 – Partimos do centro de convivência por volta das 16h. Como perceberíamos ao longo do campo, tratava-se de um dia atípico, pois houvera na noite anterior, em vários locais do centro de São Paulo, uma perseguição policial e troca de tiros. Assim, a região naquela terça-feira estava ocupada intensivamente pela polícia militar. O primeiro ponto de concentração atendido foi a Princesa Isabel, onde havia por volta de 40 usuários, em sua maioria homens, muitos encostados nas árvores e sobre cobertores, colchões, jornais e tendas. Auxiliamos na distribuição de piteiras e dos batons de manteiga de cacau, e conversamos com uma grávida, que recusou camisinhas, pois afirmou só ter relações sexuais com seu marido. Foi possível notar que a distribuição de preservativos não se restringe aos usuários de crack. Um pouco depois, surgiu “Aranha”, que afirmava ser morador de rua e às vezes fumar crack, reconhecido facilmente por seu rosto todo tatuado de teias de aranha. Ele estava nervoso, e reclamava que ninguém aparecera na noite anterior para defendê-los, quando o pessoal da limpeza da Prefeitura, com o suporte de uma viatura policial, havia promovido um “rapa” na praça, retirando-lhes os pertences (colchões, cobertores etc.). Aos poucos ele se acalmou, principalmente após a interação com um agente do É de Lei, que demonstrou muita experiência no trabalho. Antes de seguirmos, conversamos com dois rapazes que afirmaram não usar mais crack, e que vieram pegar camisinhas. O segundo ponto de concentração a ser contemplado quase não pôde ser atendido naquela tarde: a Helvetia estava então vazia. Inquieta inicialmente, a equipe soube o motivo pouco depois, quando avistou duas viaturas da polícia (nas esquinas dessa rua com a R. Ana Cintra e a Al. Dino Bueno). A equipe parou para conversar com os policiais e perguntar o motivo principal daquela ação. Interessante notar que alguns usuários foram vistos tanto na Helvetia quanto na Princesa Isabel, o que aponta, talvez, uma circulação contínua por essa região (que um policial na Ana Cintra chamara, naquele dia, de “nova cracolândia”). Após a pouca distribuição de insumos na Helvetia e arredores, partimos para a Júlio Prestes. Ali, encontramos a maior concentração de usuários daquele dia, por volta de setenta pessoas. A maioria era formada por homens, muitos garotos, negros e mulatos. Alguns deles apresentavam ferimentos nos braços e pernas em meio à sujeira que se estendia por todo o corpo. Foi nesse momento que houve, por assim dizer, o maior choque durante o campo, pelo estado em que encontravam aqueles jovens. Os agentes do É de Lei evitaram – por ser um número muito grande de pessoas para uma aproximação tranquila e eficaz – abordá-los, preferindo observar de um canteiro próximo a eles e esperar alguma aproximação dos mesmos (vários deles naquele momento estavam fazendo uso da droga), o que de fato

aconteceu, pois alguns garotos vieram rapidamente pegar os insumos. Um dos agentes fazia questão de cumprimentar esses rapazes, que estavam visivelmente sob o efeito da droga. A aproximação dos mesmos aumentava gradativamente, quando, após cinco minutos de efetiva distribuição, surgiu uma viatura policial. A sirene, audível de muito longe, provocou uma rápida dispersão. Os poucos que permaneceram à primeira abordagem da viatura se afastaram após o policial descer do carro com o cassete na mão. Ainda permanecemos mais alguns minutos na praça. Um dos agentes do É de Lei mostrou alguns hotéis e cortiços próximos e confirmou que já chegaram a fazer campo em pensões e cortiços. A princípio, o campo seria encerrado na Júlio Prestes, mas perguntamos aos agentes sobre a concentração de usuários na área ainda denominada como cracolândia. Apesar de afirmarem que diminuía o número de usuários naquela região, eles decidiram fazer o caminho de volta por dentro da “antiga cracolândia” (demarcação territorial do projeto “Nova Luz”). Encontramos ali alguns usuários; o maior grupo, quase dez jovens (homens e mulheres), estava sentado na R. dos Protestantes, e naquele momento consumiam crack. O cenário era composto de algumas lojas e hotéis – muitos deles fechados com barreiras de tijolos. Um agente do É de Lei afirmou que alguns desses locais ainda são usados para tal consumo (sendo que certos hotéis incluem as drogas “no pacote” e no preço final do quarto). Em direção à Av. Ipiranga, um pequeno grupo de usuários (cinco pessoas) corria em nossa direção e um deles xingava Paulo Paulada. Quando atravessamos a esquina da Gusmões, foi possível notar dois homens segurando bastões de baseball em frente a um estacionamento. Mas nenhum deles, segundo integrante do É de Lei, era o já referido segurança. Talvez essa figura (Paulo Paulada) tenha ganhado uma dimensão coletiva, como se fosse uma forma de denominar todos os seguranças que batem nos usuários.

- 34 Tendo em vista a nova configuração de trabalho na Luz, o É de Lei passou, já em 2007, por um período de reestruturação, procurando reforçar seus vínculos com outros grupos e entidades, como a Casa Taiguara, Fórum Centro Vivo e grupos evangélicos que atuam na região, que se mostrariam fundamentais para a continuidade do trabalho. O novo quadro de trabalho na região fez, também, com que a entidade parasse de intermediar os contatos entre usuários e moradores de rua com as redes de albergues para a obtenção de vagas.
- 35 Outras mudanças na região estudada (em meio a certas permanências) foram percebidas durante o acompanhamento que fizemos em 2008, conforme os relatos abaixo:
- 36 8/9/2008 – Ao nos aproximarmos da primeira concentração significativa (na Al. Barão de Piracicaba, em direção à Helvetia), constatamos que havia muito mais usuários do que no ano passado, ao mesmo tempo que, por causa da intensificação da repressão policial, os mesmos circulavam muito mais pelas ruas. As interações do É de Lei (bem como as nossas) tinham que de algum modo se adequar a isso. Interagimos inicialmente com um grupo relativamente numeroso, e enquanto conversávamos com um rapaz de 28 anos que “está nessa” há cinco (ele tem uma filha de 2 anos), houve uma dispersão com a chegada de dois policiais (em motos), com exceção de três ou quatro usuários que estavam dormindo ou sob forte efeito das drogas, além de um homem numa cadeira de rodas, junto a uma mulher negra (que se queixava de uma conjuntivite) e uma moça grávida (os policiais apenas tomaram notas). Seguimos para a Helvetia, onde foi atendido um catador de material reciclável que tinha se recuperado recentemente de um cancro (ainda tinha os pés muito inchados), e que tinha estado preso. Uma prostituta que usava uma peruca (conhecida pelos agentes e que nos contou estar há 18 anos na região) pediu “muitas

camisinhas”, pois “o chefe tinha pego AIDS, e agora todos precisavam se prevenir”. Nesse momento a polícia também chegou por ali de carro, dispersando os que estavam pelas ruas. Um grupo de usuários passou ao nosso lado, e um deles, em movimento, comentou: “hoje tem passeata de nóia!” Na Dino Bueno, policiais revistavam um pequeno número de usuários sentados no chão, enquanto um pouco adiante, um segurança expulsava usuários da frente de uma loja. Ao chegarmos à Princesa Isabel, um adolescente (que pedia dinheiro a motoristas num farol) correu e abraçou os agentes do É de Lei (e a nós também). Ali a polícia também abordava algumas pessoas deitadas, e enquanto retornávamos ao centro de convivência pela R. Guaianazes, avistamos por volta de dez crianças (de ambos os sexos) fumando crack, acompanhamos a conversa de um rapaz (que ficara 12 anos preso) com os agentes, observamos um outro comentar que “anestesiando a cabeça, está limpo!”, e finalmente um outro que pediu preservativos, dizendo: “3 x 3: 9 mulheres!”

- 37 15/9/2008 – Iniciamos o trabalho na Princesa Isabel (onde havia por volta de vinte usuários), e o segundo ponto de concentração atendido foi a Helvetia. Eram mais de duzentos usuários ao longo da rua naquela tarde. Como o atendimento simultâneo para este grande número de usuários é, como já foi dito, difícil, a equipe preferiu se concentrar em agrupamentos menores e que, de preferência, não estivessem fazendo uso da droga naquele momento. Em uma destas aproximações junto a dez usuários encostados na parede de uma casa, pensamos que começava a chover. Mas logo se notou que havia uma mangueira que percorria a lateral desta casa, toda furada, com pequenos orifícios que permitiam a passagem de água. Descobrimos que tais mangueiras eram também utilizadas em outras casas na mesma rua para espantar os usuários das calçadas. A Helvetia, naquela segunda-feira, estava ocupada pela polícia militar. Num dado momento passou uma viatura dispersando os usuários, que apenas se deslocaram um quarteirão, dirigindo-se à Júlio Prestes.
- 38 22/9/2008 – Desta vez, o trabalho teve o acompanhamento de uma repórter de um jornal voltado ao tema das doenças sexualmente transmissíveis. Conosco, os mesmos dois agentes que realizaram o campo na semana anterior. O primeiro ponto de concentração foi a Princesa Isabel, onde havia aproximadamente quarenta usuários, e por volta da metade fazia uso do crack naquele momento, o que dificultou o atendimento da equipe. Após vinte minutos ali, boa parte deles conversando com dois usuários, seguimos em direção à Helvetia. A concentração era tão numerosa quanto na semana anterior, porém com uma presença mais significativa de policiais. Eram mais de dez motos paradas na rua, mais de cinco viaturas e, próxima à Júlio Prestes, uma pequena cavalaria da polícia. Descobrimos que estava ocorrendo um evento do Grupo Silvio Santos na Sala São Paulo, cercada então de seguranças e policiais. Próxima à Júlio Prestes, passava uma viatura policial de cor preta filmando a Helvetia, quando um usuário entrou na frente do carro e gritou: “Sejam bem-vindos à cracolândia, policiais!” Isso fez com que alguns dos policiais da viatura até gargalhassem. Apesar desta presença numerosa de policiais, muitos usuários estavam pela rua. Neste dia, pudemos perceber uma maior circulação contínua por essa região do Centro: alguns usuários foram vistos tanto na Helvetia quanto na Princesa Isabel. Após a distribuição de insumos, partimos para a Júlio Prestes, encontrando alguns usuários no caminho. Ali não houve aproximação de usuários, pois eram frequentes as viaturas trafegando pela área, além do número de seguranças e policiais cuidando do já referido evento.

- 39 16/10/2008 – O trabalho foi feito sob uma chuva leve e intermitente. Na Barão de Piracicaba, onde havia muito lixo nas calçadas, um rapaz que fumava crack com mais três pessoas pediu desculpas (de forma bem humorada) ao nos ver: “desculpe o auê”³⁷ (ele contou que já conhecia o “É de Lei”). Na Helvetia, havia por volta de 80 pessoas, muitas delas sentadas na calçada e fumando crack. Um rapaz que a princípio destoava dos demais por trajar roupas mais cuidadas e ter um porte físico atlético aproximou-se e também se sentou no chão, para fumar crack. Uma mulher (quase sem dentes) comentou conosco que não gosta de crack, só fuma maconha (além de dois maços de cigarro por dia) e que esteve presa por dois anos. Uma moça bela e magérrima passou por ali, e depois a vimos em outros locais por onde circulamos. Um rapaz olhava-nos com certa rispidez, mas todos em volta interagiam amistosamente com os agentes do É de Lei. A chegada de carros da polícia fez com que alguns se levantassem, mas alguém comentou: “relaxa, hoje os caras não estão atrás da gente, hoje é operação hotel”, e de fato, por volta de seis a sete policiais armados adentraram um hotel daquela rua. Nesse dia, chamou-nos a atenção um rapaz que afirmou: “eu sei usar drogas, sei me cuidar”. Sempre se colocando como diferente dos demais, afirmou ainda: “eu tenho onde morar, o que comer”. No mesmo, dia, outro rapaz, com idade aparente de 18 anos, rejeitou ser chamado de nória: “Nórias são eles, que ficam jogados aí. Eu uso, mas não toda hora”.
- 40 Entre 2007 e 2008 houve, portanto, um aumento considerável do número de usuários principalmente na região da Helvetia, como os próprios integrantes do É de Lei já tinham adiantado. Nas observações entre setembro e outubro de 2008, houve ocasiões em que chegamos a contar, como já foi dito, por volta de 200 usuários ao longo dessa rua. Ao mesmo tempo, na Princesa Isabel a concentração dos mesmos diminuía, quando comparada às do ano anterior³⁸.
- 41 De toda forma, foi também possível perceber certa mudança nas dinâmicas de ocupação do espaço pelos usuários de crack, à medida que o tipo de controle policial aumentara significativamente, fazendo com que circulassem muito mais pelas ruas da região – ainda que mantivessem, como observado, certos pontos de concentração. Sem entrar nos méritos sobre resultados de práticas repressivas, muitas vezes tinha-se a impressão de que a polícia³⁹ marcava sua presença fazendo com que os usuários se dispersassem, mas esses retornavam – rápida ou lentamente – aos mesmos locais.
- 42 Além dessa dispersão digamos tática, na qual se retorna lentamente ao local original, pode-se também falar da gradativa ocupação de outros espaços, que não ocorre de forma homogênea, por toda a região central da cidade. Embora a frequência de usuários na região central tenha diminuído após a Operação Limpa em 2005 naquele perímetro, como os agentes do É de Lei apontaram em diversos momentos, a região da antiga rodoviária, próxima à Helvetia e arredores, abriga hoje uma grande concentração dos mesmos – área da “nova cracolândia”, assim denominada, como vimos, por um policial que atua diretamente na região.
- 43 Tal reconfiguração que pode ser compreendida a partir dos comentários de um frequentador do espaço de convivência do É de Lei, que mora com os pais em um prédio na Helvetia, quase esquina com a Ana Cintra. Por residir próximo a uma concentração significativa de usuários, todo dia comentava alguma coisa sobre o uso de drogas na região. Certa vez um dos agentes perguntou se havia muitos usuários na rua naquela manhã; ele afirmou que sim, pois o número vinha aumentando gradativamente desde que cessaram, em novembro de 2008, as operações policiais iniciadas em outubro naquelas

ruas, embora mantivessem sempre uma viatura na Helvetia, local que, segundo ele, “é hoje a cracolândia de quatro anos atrás”.

- 44 Ademais, embora a maior concentração de usuários ocorra nas esquinas e calçadas da Helvetia, distante alguns quarteirões do pentágono, vimos que esta não é a única área ocupada, já que pudemos acompanhar a distribuição de insumos também nas praças Júlio Prestes e Princesa Isabel, bem como na Rua dos Protestantes e Rua dos Gusmões⁴⁰. Isso sem falar de uma concentração noturna significativa nas confluências da Guaianazes e Gusmões, apenas quando o comércio local fecha suas portas, e muito provavelmente estabelecida a partir de um conjunto distinto de mediações⁴¹.
- 45 Por outro lado, a dispersão do atendimento não pode ser compreendida somente a partir dos eventos e intervenções observadas na última década. O fato do É de Lei realizar campo em áreas próximas ao pentágono pelo menos desde 2003 indica a presença de usuários nessas áreas mesmo antes da Operação Limpa de 2005. Afora isso, durante um dos campos da entidade, ao apresentar o itinerário a ser percorrido pela equipe na distribuição dos insumos, um dos integrantes do É de Lei lembrou que em anos anteriores as ações alcançavam algumas áreas um pouco mais afastadas, inclusive fora dos limites do bairro da Luz, como as Praças da República e da Sé, a Baixada do Glicério e o Pari.
- 46 Vimos, portanto, o mapeamento de uma cracolândia principalmente sob o do prisma do É de Lei. Nessa etnografia, a mesma emerge sem um território propriamente fixo, ainda que isso não signifique que esteja deslocalizado. Como observou Marina, a cracolândia localiza-se na área onde estão os usuários, ou pelo menos sua maior parte: “... a cracolândia existe. Não é só um espaço geográfico. É o mundo do crack. São vinte pessoas em volta de você, fissuradas”.

Impactos e ampliações do contexto etnográfico: novas questões para aprofundamento

- 47 O quadro configurado até aqui passaria, entretanto, por algumas mudanças a partir da instauração da “Ação Integrada Centro Legal”, ocorrida em meados do ano seguinte (2009) na região da Luz⁴², intervenção que de certa forma retomava certos princípios abrangentes da Operação Limpa (2005), mas com outros pressupostos, cujos impactos (na cidade, no bairro e em nossas etnografias) abordaremos a seguir.
- 48 Acionada de forma recorrente nos discursos dos responsáveis pelas intervenções urbanas locais, a chamada cracolândia fora alvo, entre 7 e 17 de março de 2005, da já citada ação de repressão Operação Limpa, cujo policiamento ostensivo na área perdurou, embora em escalas menores e variáveis, nos anos seguintes, com uma série de intervenções repressivas empreendidas durante a gestão Kassab⁴³. A partir de então, houve certa continuidade a tal ação, conjugando a atuação policial com a de outros setores e órgãos públicos. Contudo, a permanência das pessoas relacionadas ao uso de crack e a outras atividades ilícitas na região (embora em constante deslocamento pelas áreas próximas do Centro) – mesmo após as inúmeras demolições que se seguiram à Operação Limpa e principalmente à decretação do projeto Nova Luz (2007) – passou a exigir a elaboração e aplicação de outras formas de intervenção no bairro.

VISTA DA ÁREA DEMOLIDA (NA ESQUINA DA R. DOS PROTESTANTES COM A R. MAUÁ) (FOTO: HEITOR FRÚGOLI JR.)

- 49 Em conversa em outubro de 2008, percebemos que os agentes do É de Lei vinham notando uma mudança gradativa na forma do poder público enfrentar a questão da cracolândia. O que antes era tratado como problema social, passava a ser reconhecido como “questão de saúde”, embora Marina ainda ressaltasse que isso estava longe do ideal, visto a política em curso voltar-se estritamente à internação de usuários e a atuação policial continuar repressora.
- 50 Essa nova forma de enfrentamento do “problema” cracolândia emergiria com força em 2009, quando o poder local iniciou um novo processo de intervenção no bairro da Luz e adjacências, através da chamada “Ação Integrada Centro Legal” (Corsaletti, 23/7/2009, C8). Mas é preciso entender que isso se articulava, tal como anteriormente, a fortes interesses na esfera urbana. Em meados do primeiro semestre de 2009, um projeto polêmico de “concessão urbanística” fora aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo e sancionado pelo prefeito em 7/5/2009 – com previsão de desapropriação de dezoito quarteirões na região do Centro (cerca de 600 imóveis) através da participação da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, a cracolândia passava a ser encarada, nas palavras do prefeito, como “um problema de saúde”, para quem “toda essa revitalização só será possível quando conseguirmos minimizar este problema” (Portal Terra, 23/4/2009). Dentro desse quadro de articulação entre vários interesses em jogo, a prefeitura formou equipes de saúde para, através de um trabalho recorrente e em conjunto com outras esferas, “ajudar os dependentes químicos da Nova Luz” (Globo.com, 24/4/2009).
- 51 Tais desdobramentos lançaram novas questões para a compreensão do que procurávamos analisar até então sobre a cracolândia como uma territorialidade itinerante, marcada por certa mobilidade e que se relacionava com atores sociais inseridos nas dinâmicas de trabalho, comércio, moradia e lazer em áreas “degradadas”. Assim, se as observações anteriores já permitiam relativizar certos determinismos territoriais sobre um perímetro que fora alvo privilegiado de repressão e investimento do poder público durante a última década, sofrendo inclusive um processo parcial de demolição a partir de 2007, permanecia o desafio de compreender as novas dinâmicas políticas e cotidianas que vinham impactando o contexto pesquisado a partir de 2009.
- 52 Embora não tenha sido possível etnografar a região do estudo na época da Operação Limpa (maio/2005), pareceu-nos que aspectos daquela situação, principalmente quanto à

dispersão de usuários de crack para outras áreas do Centro, reapareceram (sob novos arranjos) a partir das ações ligadas à “Ação Integrada Centro Legal” (julho/2009 em diante)⁴⁴. Isso ficou claro principalmente quando a grande imprensa passou a criticar a eficácia dessa última quanto às intenções de erradicação do uso de crack nas ruas da região da Luz, bem como indicar a presença de grupos de usuários em outras áreas do Centro, como Barra Funda, Vale do Anhangabaú ou Praça da República. Numa das matérias, a região da cracolândia englobaria Bom Retiro, Luz, Santa Cecília, República e Arouche (O Globo, 23/7/2009), tendo os usuários se tornado os “exilados da cracolândia” (Sampaio, 9/8/2009)⁴⁵.

- 53 Vale a pena relatar alguns aspectos extraídos de nossos contatos, de caráter mais pontual, com o Projeto Quixote⁴⁶ – que lida com crianças e jovens em situação de risco em várias áreas da região central, incluindo a chamada cracolândia⁴⁷ –, no intuito de ampliar a compreensão de temas até aqui tratados.
- 54 Fernanda Quirino Ramos, acompanhante terapêutica e uma das coordenadoras da entidade, contou-nos em 2008⁴⁸ que com base na atuação em vários locais da região central, chamava a atenção certo contraste entre as dinâmicas observadas no Vale do Anhangabaú – de um modo geral, uma área pública mais aberta e propícia a interações com crianças e jovens, onde atividades lúdicas são mais viáveis e o uso da droga, muito mais pontual – com a região da Luz – cujas ruas representam espaços para interação mais escassos, os recursos para vinculação ou de alguma troca são claramente mais difíceis, e o uso do crack muito mais intenso. Várias crianças ou jovens circulam pelos dois territórios, e se no Vale do Anhangabaú (ou em outras áreas do Centro, como a República) elas podem se abrir à interação com os educadores, na cracolândia, é comum as mesmas dizerem: “aqui, não” ou “tio, finge que [lá] você não me vê”.
- 55 No ano seguinte, semanas após o início da “Operação Centro Legal”, a mesma coordenadora apontava⁴⁹ para as conseqüências, naquele momento, da intensificação significativa da repressão policial (que de certa forma já vinha se avolumando anteriormente): crianças e jovens submetidos a uma circulação vertiginosa, maior dificuldade de se estabelecer interações com os mesmos, inclusive o acesso ao crack aparentemente mais fácil do que antes em vários locais⁵⁰.
- 56 É também comum, segundo Fernanda, que tais crianças ou jovens afirmem aos educadores usar crack, mas não serem nórias (tal como percebemos em algumas situações etnográficas junto ao É de Lei). Por vezes, uma pode chamar a outra de nória como uma espécie de ofensa moral, à medida que, segundo a coordenadora, a acusada estaria perdendo certo “discernimento”. Desse modo, se alguém afirma que “numa época, eu era nória”, pode estar falando não apenas de um período em que usava crack, mas no qual teria faltado, nas palavras de Fernanda, “dignidade”. Abre-se aqui a possibilidade de se pensar o termo nória nas relações entre tais usuários de crack (ou “craqueiros”).
- 57 No dia da visita de julho/2009 a uma das sedes do Projeto Quixote (situada na República), foi possível presenciar nas cercanias uma cena comum às nossas observações anteriores: um grupo de aproximadamente vinte usuários (adultos) se encontrava na Rua Joaquim Gustavo (a maioria sentada no chão e alguns com o cachimbo nas mãos), quando policiais vieram vagarosamente em direção aos mesmos; imediatamente todos se dispersaram, e a maioria se dirigiu à Av. São João; por volta de 15 min depois, entretanto, vários deles já tinham retornado ao mesmo local.

- 58 Outro contato muito significativo, embora pontual, foi aquele estabelecido com Osvaldo Ataíde Norberto, então educador de rua e integrante da Fundação Projeto Travessia⁵¹, cujo público alvo é praticamente idêntico ao anterior: crianças e adolescentes em situação de rua. Um primeiro aspecto que chama a atenção é a utilização, por parte dele, de uma série de conceitos antropológicos que teriam orientado sua prática (ou advindo da mesma) num trabalho realizado a partir de 2004 na região da cracolândia⁵²: pensar as crianças e adolescentes daquele contexto como “nativos” (buscando evitar ideias pré-concebidas sobre os mesmos), aproximar-se e interagir com base na ideia da “observação participante”, entender a “linguagem nativa”, compreender certos discursos já prontos (“feitos para o ‘colonizador’”), prestar atenção às suas “práticas rituais”, buscar a “leitura que eles têm de nós” (em contraponto à que temos deles) etc.
- 59 É importante frisar que, para ele, as crianças e adolescentes não falavam do bairro da Luz (alguns perguntavam “o que é isso?”, frente à sua indagação), mas sim da cracolândia, e independentemente do uso do crack, muitos não se assumem como nórias (isso seria uma categoria mais “de fora”, tal como “craquento”)⁵³. Deve-se também assinalar que a chamada cracolândia não se limita, para ele, a algo físico – pois eles “a levam para onde forem”⁵⁴ –, nem tampouco se resume propriamente ao uso do crack (“apenas uma figura numa situação”). Tais crianças e jovens estabelecem relações mais amplas com moradores de rua, comerciantes, prostitutas, recicladores, camelôs etc⁵⁵.
- 60 Outras investigações tem-nos permitido ampliar as constatações (bem como os desafios) em torno de pontos substanciais a respeito de territorialidade, campo relacional e construções identitárias nesse contexto em questão. Para avançar um pouco mais, pode-se mencionar contribuições do estudo etnográfico de Selma L. da Silva (2000) sobre mulheres e uso do crack na região da Luz⁵⁶ que, sinteticamente, chama a atenção para o contexto multifacetado encontrado no bairro e região. Ela interagiu com mulheres que praticavam prostituição e outras que estavam nas ruas ligadas a outras atividades (por vezes o roubo ou o tráfico) – o que já definia certas distinções entre as mesmas –, além de constatar que havia prostitutas que fumavam crack e outras que não o faziam, havendo entre essas um conflito, decorrente do fato de que as consumidoras de crack tendiam a baratear o preço do programa ou aceitar fazê-lo sem o uso de preservativos, causando problemas às demais, que então as chamavam de “nórias” ou “noinhas”, além de “crackeiras” ou “fedidas” (Silva, 2000, p.54- 63).
- 61 Além disso, haveria também, entre as que fumam o crack, a ideia de que é possível tomar alguns cuidados (como intercalar o consumo com água, leite ou refrigerante ou então alimento, tomar banho ou descansar, espaçar os dias de consumo ou evitar permanecer nas ruas com os demais), o que se expressa p. ex. na seguinte fala: “A pedra não me domina, eu que domino a pedra” (Silva, 2000, p.75). Nesse contexto, a atribuição de nória pode também ocorrer entre mulheres que usam o crack, atribuindo-se o termo àquela(s) que não consegue(m) lidar com os efeitos mais nefastos da droga e que adotam comportamentos de maior risco⁵⁷.
- 62 Portanto, *da cracolândia aos nórias* (passando pelos *usuários de crack*), permanece a questão de como qualificar esta territorialidade itinerante. Deste modo, um olhar etnográfico para os usos e disputas que permeiam o bairro da Luz exige uma análise da pluralidade de atores envolvidos com a cracolândia, bem como das conexões entre eles, conflituosas ou não, que desenham um quadro de relações complexo e heterogêneo. Aspectos e relações essas que dispõem de muito pouca visibilidade nas abordagens jornalísticas e midiáticas sobre o tema.

- 63 O presente artigo, baseado sobretudo na análise etnográfica da atuação de uma das várias entidades que trabalha no atendimento aos usuários de crack no bairro da Luz, permite perceber algumas das relações ou mediações estabelecidas pelo poder público com esses agentes. A atuação do É de Lei é um exemplo de mediação possível entre os usuários e o poder público ou a “sociedade civil”, que tem como objetivo criar uma relação não conflituosa, pautada pelo discurso da redução de danos no uso de drogas. Trata-se de uma forma de mediação entre tantas outras que pudemos observar desde o início da pesquisa: a atuação dos policiais; a participação dos comerciantes do bairro da Luz e adjacências na vida cotidiana do bairro; o trabalho dos seguranças⁵⁸, contratados por lojas e estacionamentos para afastar os usuários, também os fazendo circular continuamente pelas diversas ruas da região; o envolvimento dos moradores de prédios residenciais da região⁵⁹.
- 64 O fechamento desse artigo é na verdade uma abertura para uma série de desafios advindos dessas primeiras aproximações etnográficas, tendo em vista entender a chamada cracolândia como uma modalidade de territorialidade itinerante e um campo de relações, num contexto multifacetado e marcado por diversas variações situacionais.
- 65 Ao longo desse texto, constatamos vários entrelaçamentos entre os termos cracolândia, usuários de crack e nórias, que embora dialoguem entre si, devem passar por certa separação para fins analíticos.
- 66 O termo *cracolândia* enfatizaria certa dimensão territorial, com uma tendência a ser fixado espacialmente do ponto de vista da representação, como efetivamente ocorreu no bairro da Luz, que praticamente passou a ser sinônimo de cracolândia em vários jornais da grande imprensa (embora tais meios de comunicação também reconheçam que, após operações repressivas de grande porte, tal contexto “migre” ou “ressurja” em outros locais da cidade). É evidente que o poder público se valeu desse tipo de representação para inclusive delimitar um perímetro urbano a ser “requalificado”. De toda forma, não se pode dizer que o termo seja apenas acionado pelo poder público ou pela mídia, já que eles também aparecem, por vezes, nas falas de usuários de crack.
- 67 Uma das formas de aproximação etnográfica passou, como vimos, pela problematização do caráter supostamente fixo dessa territorialidade, quando observamos os usuários de crack lidarem com as abordagens policiais no seu cotidiano, ou ao percebermos como os mesmos criam aos poucos (bem como dissolvem) novas concentrações em outros espaços da cidade. Mas é importante frisar que tal constatação só se tornou possível principalmente quando direcionamos a atenção ao modo como a chamada cracolândia se corporifica nos *usuários* ou *consumidores de crack*, que se não são os únicos atores desse espaço, sem dúvida constituem os principais alvos de uma série de práticas de intervenção, mediação ou controle. Todavia, sabemos que tal categoria, embora decisiva, pode muitas vezes ser relativa, provisória ou insuficiente (como toda construção identitária), à medida que diversas vezes contactamos pessoas que fazem parte desse campo de relações, mas que não consomem crack ou outras drogas.
- 68 Por fim, cabe também uma atenção especial ao modo como são acionados vários significados em torno do termo *nóia*, que talvez se revele nesse contexto a principal *categoria relacional* – e que dialoga, mas não é idêntica, como vimos, a usuário de crack –, usada num conjunto significativo de situações, seja por parte, como foi visto, de moradores, comerciantes ou frequentadores da Luz para com aqueles que usam crack, seja entre os que efetivamente usam o crack, o que revela estigmatizações entre tais

usuários – com dimensões morais articuladas à capacidade, de algum modo, de controlar os efeitos da droga. E isso sem falar daquelas que podem inclusive ocorrer, como temos percebido em outras frentes etnográficas em curso no bairro da Luz, de forma jocosa, entre não usuários⁶⁰.

- 69 Tais demarcações, advindas de nossas observações de campo, colocam para a presente pesquisa (em andamento) uma série de novos desafios, num momento em que o uso do crack vem se tornando um tema de crescente preocupação no país. Nesse sentido, vale a pena atentar, dentre várias coisas, para notícias que se referem à “proliferação de cracolândias” pelas cidades brasileiras⁶¹, sendo necessário entender o que está em jogo em cada uma dessas configurações, e em múltiplos planos, como buscamos aqui contribuir, com ênfase na etnografia.

BIBLIOGRAPHY

LIVROS, ARTIGOS DE REVISTAS ACADEMICAS, DISSERTAÇÕES E RELATORIOS DE PESQUISA

AGIER, M. “O ‘acampamento’, a cidade e o começo da política” in: Cordeiro, G. Í. & Vidal, F. (orgs.). *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 17-25.

AGIER, M. *Esquisses d'une anthropologie de la ville: lieux, situations, mouvements*. Louvain-la-Neuve, Bruylant-Academia, 2009.

AGIER, M. *L'invention de la ville. Banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris, Archives Contemporaines, 1999.

APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis/ London, University of Minnesota Press, 1996.

ARANTES, A. A. “A guerra dos lugares” in: *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000, p. 103- 129.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994 [1980].

FASSON, K.; PUCCIINELLI, B. “Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização” in: IX Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, 2010 (no prelo).

FRÚGOLI JR., H. “A cidade no diálogo entre disciplinas” in: Fortuna, C. e Leite, R. P. (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina, 2009, p. 53- 67.

FRUGOLI JR., H. “Intervention dans les espaces centraux des villes brésiliennes, le cas de São Paulo” in: Rivière D’Arc, H. & Memoli, M. (ed.), *Le pari urbain en Amérique latine*. Paris, Armand Colin, 2006, p. 133-147.

FRÚGOLI JR., H. *Abordagens etnográficas sobre o bairro da Luz (São Paulo): gentrification em questão na antropologia. Projeto de pesquisa para o Edital MCT/CNPq 14/2008 – Universal*, 2008a.

FRÚGOLI JR., H. *Roteiro pelo bairro da Luz, São Paulo. PontoUrbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*. São Paulo, Ano 2, v. 2, 2008b.

FRÚGOLI JR., H. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

FRÚGOLI JR., H.; SKLAIR, J. “O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification”. *Cuadernos de Antropología Social* n.30, FFyL, Universidad de Buenos Aires, Dec./2009, p. 119-136.

FRÚGOLI JR., H.; SKLAIR, J. “The Luz district in São Paulo: anthropological questions on the phenomenon of gentrification”. *Paper para o IX Congresso Internacional da BRASA (Brazilian Studies Association)*, New Orleans, Tulane University, mar./2008, <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/g05Hfq/FrugoliSklair.doc>

GUPTA, A.; FERGUSON, J. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença” [1992] in: Arantes. A. A. (org.). Espaço da diferença. Campinas, Ed. da Unicamp, 2000, p. 31- 49.

JOSEPH, I. “A respeito do bom uso da Escola de Chicago” in Valladares, L. P. (org.). A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte & Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005 [1998], p. 91-128.

JOSEPH, I. *L’athlète moral et l’enquêteur modeste* (textes édités et préfacés par Daniel Céfaï). Paris, Economica, 2007, col. Études Sociologiques.

KARA-JOSÉ, B. Políticas culturais e negócios urbanos. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2007.

MAGNANI, J. G. C. “Etnografia urbana” in Fortuna, C. e Leite, R. P. (orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, Almedina, 2009, p. 101- 113.

MINGARDI, G.; GOULART, S. L. As drogas ilícitas em São Paulo: o caso da cracolândia. *Coleção Revista ILANUD* n° 15, São Paulo, 2001.

PEIXOTO, P. “Requalificação urbana” in Fortuna, C. e Leite, R. P. (orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, Almedina, 2009, p. 41- 52.

PERLONGHER, N. “Territórios marginais” in Green, J. N. e Trindade, R. (orgs.). Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo, Ed. Unesp, 2005 [1988], p. 263- 290.

PERLONGHER, N. O negócio do michê. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1987.

RAUPP, L. M.; ADORNO, R. C. F. “Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 0849, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2008, http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=2668

SAHLINS, M. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Parte I)”. *Mana*, vol. 3, n° 1, 1997a.

SAHLINS, M. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Parte II)”. *Mana*, vol. 3, n° 2, 1997b.

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

SILVA, S. L. da. Mulheres na Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. *Dissertação de mestrado*, Departamento de Práticas de Saúde Pública da USP, 2000.

MATERIAS DA IMPRENSA, DOCUMENTOS E OUTROS

Ação na 'cracolândia' prevê internação de viciados em SP. Estadão, São Paulo, 22/7/2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acao-nacracolandia-preve-internacao-de-viciados-em-sp,406549,0.htm>. Acesso em: 22/7/2009.

- CAPRIGLIONE, L.. Nas ruas do centro de São Paulo, tragada custa R\$ 1. *Folha Online*, São Paulo, 26/6/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2606200915.htm>. Acesso em: 26/6/2009.
- Coletivo Política do Impossível, “Cidade de quem? – Conversa com Osvaldo” in *Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo*. São Paulo, Ed. PI, 2008, p. 88-97.
- CORSALETE, C. “Ação na cracolândia prende 5 a atende 41”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23/7/2009, C8.
- Diário do Nordeste. “Prédios abandonados viram cracolândia e são ameaça”. 31/5/2010, Fortaleza. <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=793633>. Acesso em: 31/5/2010.
- Folha de São Paulo. “Prostituição e drogas afligem Santa Cecília”. São Paulo, 23/1/2000, p. 4- 1.
- Folha de São Paulo. “‘Cracolândia’ ganha repressão e ações sociais”. São Paulo, 3/9/2005, p. C-3.
- Folha de São Paulo. “Raio X da ‘cracolândia’”. São Paulo, 10/3/2005, p. C-8.
- Folha de S. Paulo. “A encenca do crack: ‘Raspa da canela do diabo’, droga se espalha pelo país”. 23/5/2010, São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il2305201004>. Acesso em: 23/5/2010.
- Folha Online. “Ação contra crime na cracolândia em São Paulo prende nove”. 22/7/2009, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u598685.shtml>. Acesso em: 22/7/2009.
- Folha Online. “PM prende 58 em cracolândia na zona norte do Rio”. 17/5/2010. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u736400.shtml>. Acesso em: 17/5/2010.
- Folha Online. “PM faz na zona norte do Rio a maior apreensão de crack deste ano”. 19/5/2010. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u737497.shtml>. Acesso em: 19/5/2010.
- Folha Online. “Rio destrói 80 imóveis e recolhe 23 pessoas em operação contra cracolândia”. 20/5/2010. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u738400.shtml>. Acesso em: 20/5/2010.
- Folha Online. “Operação destrói mais 13 imóveis na cracolândia no Rio”. 21/5/2010. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u738806.shtml>. Acesso em: 21/5/2010.
- Globo.com. “Prefeitura de SP quer formar agentes de saúde para atuar na cracolândia”. 24/4/2009, <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1097760-5605,00-PREFEITURA DE SP QUER FORMAR AGENTES DE SAUDE PARA ATUAR NA CRACOLANDIA.html>. Acesso em: 24/4/2009.
- MAGALHÃES, V.. SP inicia megaoperação contra drogas no Centro. *Redação Terra*, São Paulo, 22/7/2009. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3887155-EI5030,00SP inicia megaoperacao contra drogas no Centro.html>. Acesso em: 22/7/2009.
- MANSO, B. P.; ZANCHETTA, D.. Circuitos da pedra extrapolam Nova Luz. *Estadão*, São Paulo, 12/7/2009b. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090712/not_imp401378,0.php. Acesso em: 12/7/2009.
- MONTEIRO, K. “‘Limpeza’ é parte de projeto para o Centro”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3/9/2000a, C3.
- MONTEIRO, K. “Droga era vendida em hotéis, pensões e esquinas”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3/9/2000c, C3.
- MONTEIRO, K. “O vocabulário do usuário de crack”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3/9/2000b, C3.
- O Globo. “Polícia promete ampliar cerco ao tráfico de drogas na Cracolândia, em SP”. *Rio de Janeiro*, 23/7/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cidades/sp/mat/2009/07/23/>

polícia- promete-ampliar-cerco-ao-trafico-de-drogas-na-cracolandia-em-sp- 756937684.asp.
Acesso em: 23/7/2009.

PENTEADO, G. “Santa Cecília/Liberdade: Drogas são consumidas em público”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25/1/2004, p. Especial-22.

Portal Terra. “Kassab diz que terá gabinete na Cracolândia”. 23/4/2009. <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3720836EI78 96,00Kassab+diz+que+tera+gabinete+na+Cracolandia.html>. Acesso em: 23/4/2009.

Prefeitura do Município de São Paulo. *Nova Luz* (Lei 14.096 de 12/8/2005). São Paulo, dez./2005.

SAMPAIO, P. “Exilados da cracolândia vagam pelo centro de São Paulo”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 09/8/2009. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u607155.shtml>. Acesso em: 09/8/2009

SPINELLI, E.; CREDENDIO, J. E.. Kassab quer que cracolândia seja bairro mais povoado de SP. *Folha Online*, São Paulo, 02/7/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u589541.shtml>. Acesso em: 02/7/2009.

UCHÔA, M. A. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo, Ática, 1996.

NOTES

1. Para mais detalhes sobre alguns aspectos iniciais, ver artigo publicado na *Ponto Urbe* nº 2 (Frúgoli Jr., 2008b).
2. Tal conceito se refere, basicamente, à “criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade” (Frúgoli Jr., 2006, p.133-134; tradução para o português de trechos em francês).
3. Para uma abordagem sintética sobre a importância da prática etnográfica no estudo da cidade, e sobre as potencialidades de uma etnografia urbana, ver Frügoli Jr. (2009) e Magnani (2009).
4. Isso pode ser constatado inicialmente através do projeto Luz Cultural (na gestão PMDB, 1983-1986), com desdobramentos nas décadas seguintes por meio do Monumenta- Luz e, mais recentemente, o Nova Luz (ver Frügoli Jr., 2000, p.72-3 e p.103 -109; Kara-José, 2007). Tal papel tem sido desempenhado pelas diferentes esferas de governo, com ênfase no âmbito estadual e mais recentemente no municipal, com certa linha de continuidade entre gestões e articulação entre distintos planos de governo definida por políticos ligados principalmente ao PSDB. A esfera das instituições culturais e do patrimônio histórico tem sido enfatizada nesse percurso, embora se relacione cada vez mais a fortes interesses imobiliários.
5. Tal estigmatização vem de longa data e relaciona-se inclusive com simbologias anteriores, como a da “Boca do Lixo”. Alguns entrevistados referem-se a usos de crack nas ruas da Luz e adjacências já na década de 1990. Segundo Uchôa (1996 apud Silva, 2000, p.19), o início da procura mais intensa pelo crack nas ruas da Luz teria sido em 1991.
6. Com base em considerações já expostas em Frügoli Jr. & Sklair (mar./2008 e dec./2009); um autor referencial nesse caso é Sahlins (1990, 1997a, 1997b); desdobrando tal argumento, certas mudanças conjunturais podem vir a ser entendidas a priori como estruturais; reconhece-se, todavia, que a abordagem de tal autor possui lacunas sobre especificidades do contexto urbano, marcado por uma multiplicidade de interações e demarcações de diferenças (Gupta & Ferguson, 2000 [1992]); para finalizar, essa última crítica também tem seus problemas, sobretudo por

ênfatizar uma questionável crise da localidade (Appadurai, 1999, p.178-199), como bem observa Agier (2008, p.18-19).

7. Para uma análise sistemática sobre requalificação e o léxico correlato, ver Frúgoli Jr. (2000) e Peixoto (2009). Palavras como deterioração ou degradação (espécies de contrapontos das anteriores) e outras relacionadas mereceriam inclusive maior atenção quanto à capacidade de instituir determinadas realidades urbanas.

8. Ou seja, esse texto, voltado aos atores sociais relacionados mais diretamente à chamada cracolândia, não esgota nossas abordagens etnográficas em andamento na Luz, que, em distintos graus, dialogam com dimensões aqui apresentadas. Entre as demais frentes de investigação – todas com ênfase na observação etnográfica e não apenas nas entrevistas –, podemos indicar contatos com moradores (de diferentes tipos de edifícios e ocupações), comerciantes (principalmente os atingidos pelas recentes intervenções), funcionários de estabelecimentos comerciais, transeuntes, seguranças, profissionais do sexo e frequentadores das ruas e serviços do bairro. Cabe também assinalar um acompanhamento dos frequentadores de três equipamentos culturais (Pinacoteca, Sala São Paulo e Museu da Língua Portuguesa), bem como os do Parque da Luz e de outros espaços de lazer (rodas de samba, chorinho e jogos de futebol de várzea) organizados por grupos musicais e estabelecimentos comerciais.

9. Ainda do ponto de vista analítico, busca-se trabalhar, dadas as características socioculturais e urbanas do bairro em questão, com a hipótese da existência de redes de sociabilidade alargada, que têm como ponto de partida etnográfica áreas urbanas marcadas por uma série de precariedades (Agier, 1999, p.110-197). Ao mesmo tempo, tenta-se compreender o tipo de espaço público que decorre de interações específicas (Joseph, 2005 [1998]) e em parte potencializadas pelo fato do bairro localizar-se em região central, com forte afluxo de transeuntes. Cabe também ressaltar que, dentre os enfoques etnográficos, uma atenção especial tem sido dada às práticas espaciais de apropriação e produção de um bairro (Certeau, 1994 [1980], p.199-215).

10. Isso é claramente visível no exame do imenso material da grande imprensa que temos coletado de 2005 ao presente.

11. O termo nória pode ser definido, apenas em caráter introdutório e ainda sem adentrar os sentidos relacionais do termo, “como os dependentes de crack chamam a angústia e o sentimento de perseguição que acompanham o estado de euforia que é gerado pela droga. Tem origem na palavra paranóia” (Monteiro, 3/9/2000b). Segundo participantes do É de Lei, “estar na nória” também pode significar um estado em que o usuário se encontra quando está “vidrado” em busca da pedra de crack.

12. No caso, as qualidades mencionadas deslizam facilmente do bairro para o Centro: estação de trem, ônibus, metrô, padarias, supermercados, centro de saúde, hospital da Santa Casa, além de muitas falas apontarem as várias oportunidades de trabalho (mesmo que precarizado) na região central, como comércio informal, prestação de vários tipos de serviços, catação de material reciclável etc.

13. Em várias falas, os entrevistados referem-se aos mesmos como um problema crônico, de longa data, há muito tempo presente no bairro.

14. Tal área (presente em várias matérias da Folha de São Paulo) ampliava em alguns quarteirões a região que emergira da primeira etnografia a respeito da cracolândia (Mingardi e Goulart, 2001, p.39). Em ambos os materiais analisados, todos os mapas apresentavam o mesmo pentágono como delimitação espacial da mesma. De uma matéria da Folha de São Paulo para outra, alterava-se algum quarteirão, mas em todos permanecia a forma de um pentágono, formado basicamente pelas Av. Duque de Caxias, Rio Branco, Ipiranga, Cásper Líbero e R. Mauá.

15. Antes mesmo de operações de repressão mais sistemáticas, como a “Operação Limpa” (ocorrida em 2005), ações de caráter apenas policial na Luz em 2000 tendiam a dispersar traficantes e usuários de crack para outras áreas centrais, como Praça da Sé, R. Amaral Gurgel (embaixo do viaduto), Av. Liberdade (metrô S. Joaquim) e R. da Glória e Ceasa (essa última fora da

região central); além desses locais, antigos pontos de consumo de drogas, novos foram então criados, como Largo São Bento, Praça da República, Vale do Anhangabaú, Baixada do Glicério e Pátio do Colégio (Monteiro 3/9/2000a e 3/9/2000b). Um quadro bastante próximo da Luz (presença de tráfico de drogas e prostituição nas ruas) já foi caracterizado para outros bairros da região central, como Santa Cecília (Folha de S. Paulo, 23/1/2000 e Penteadó, 25/1/2004).

16. Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS, criado em 1991 a partir da articulação entre professores e pesquisadores de diferentes unidades de pesquisa da Universidade de São Paulo e de universidades particulares e estrangeiras, mas oficialmente vinculado ao Instituto de Psicologia da USP.

17. Modo como os próprios agentes da entidade chamam tal atividade.

18. Como a Fofinha e a Led Slay, localizadas em bairros da Zona Leste paulistana.

19. Ano das nossas observações iniciais e da entrevista com a mesma (10/5/2007).

20. Contudo, o acesso dos usuários a tal espaço de convivência não é fácil, pois há informações de que muitos usuários foram barrados pelos seguranças da galeria comercial onde a entidade ocupa duas salas, no último andar. Por este motivo, um dos objetivos do É de Lei para os anos seguintes era o de se mudar da galeria para algum imóvel mais próximo à Pça. Júlio Prestes.

21. Posteriormente, outras visitas (mais esparsas) foram realizadas.

22. Em diversos momentos, os agentes do É de Lei utilizavam o termo “Luz” com referência à região onde faziam a distribuição dos insumos. Havia, de certo modo, uma redução do bairro da Luz ao perímetro da cracolândia em tais falas. “Centro”, por seu lado, era uma designação muito mais ampla, pois como afirmou um dos agentes: “tem região aqui no Centro sem usuários, mas já próximo ali da Consolação e da República”.

23. Em todas as nossas idas, usamos camisas idênticas às dos agentes (eram vermelhas, laranjas ou amarelas e identificavam também por escrito a entidade), e buscávamos sobretudo observar as ações feitas por eles, embora por vezes ajudássemos na distribuição de insumos. Nossas interações com os usuários se deram, na maioria das vezes, na triangulação com os agentes.

24. Num relato muito rápido (já que é muito difícil estabelecer um contato mais duradouro nas ruas, devido ao caráter itinerante do campo do É de Lei e também por causa das formas de uso do espaço pelos usuários de crack), ele teria sido preso por causa de uso de maconha.

25. ‘Legalize it’ é o título de uma canção de Peter Tosh, sobre a necessidade de legalizar o uso da maconha.

26. Para o campo são necessárias normalmente três pessoas, mais um funcionário de plantão no espaço de convivência. Devido à diminuição do grupo de funcionários e voluntários, o campo semanal foi cancelado algumas vezes. Um dos agentes confirmou que até 2006, a equipe realizava três campos semanais, dois deles para intervenção face a face com usuários de drogas e um para acompanhar usuários no atendimento dos serviços de saúde públicos.

27. Durante o campo realizado em 13/10/2008, por exemplo, após o trabalho na R. Helvetia, a equipe seguiu para uma sede do SAE (Serviços de Assistência Especializada em HIV e AIDS), a fim de conversar com a coordenadora do programa, e assim dar continuidade às conversas iniciadas nas semanas anteriores. Como observáramos em visita anterior, a proposta levantada por ambos os lados era de travar uma parceria no atendimento aos usuários, ou seja, a equipe da É de Lei tentaria encaminhar, pessoalmente, alguns usuários para a realização de exames de sangue e de tuberculose. Novamente, a conversa girou em torno de soluções para a dificuldade de realizar esse atendimento, visto não ser fácil convencer os usuários a fazer os exames, bem como mantê-los no prédio de atendimento durante 15 min ou mais.

28. Fala de um usuário de crack em 8/9/2008.

29. Realizada pelo poder público envolvendo a polícia, vigilância sanitária e setores ligados ao assistencialismo, saúde, limpeza pública, e que resultou em “2.216 abordagens, 426 papetes de crack apreendidos, 12 flagrantes de tráfico ou porte de drogas, 3 hotéis lacrados com concreto, 3

armas apreendidas, 50 celulares apreendidos, 369 adultos e crianças recolhidos para abrigos, 2 procurados presos e 5.200 CDs apreendidos” (Folha de S. Paulo, 10/3/2005).

30. Se a relação com a Prefeitura já era de pouco diálogo, tal posicionamento da entidade reforçou a distância com a mesma e com o então subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, que segundo eles, seria crítico à proposta de redução de danos.

31. E que atualmente coordena a entidade.

32. Porém, o mesmo não relacionava a diminuição do trabalho de campo diretamente às ações da Prefeitura, pois segundo ele isso se devia em grande parte à dificuldade da entidade em se manter financeiramente, bem como de conservar um corpo de funcionários sólido e constante.

33. Neste mesmo dia, foi possível observar na R. dos Protestantes, quase na esquina com a R. dos Gusmões, em frente à área demolida após a Operação Limpa, um muro pichado com a frase: ‘revitalização ou higienização?’.

34. Ele a princípio não estava junto ao grupo observado, e muito provavelmente ia tentar vendê-los.

35. Falaremos adiante a respeito do mesmo.

36. Situada fora do já mencionado pentágono, o que atestava uma mobilidade espacial para além do que havia sido fixado territorialmente, pela prefeitura, como “perímetro” da cracolândia.

37. Provável menção a uma música de Rita Lee.

38. Nas áreas mais próximas ao pentágono, dentro do qual ocorreram as demolições de 2007, aparentemente teria havido diminuição de usuários. Mas isso não pode ser afirmado com muita certeza. Só para dar um exemplo, quando imaginávamos que havíamos compreendido um pouco mais dessa territorialidade, descobrimos através de comerciantes que, à noite, havia outra concentração expressiva de usuários de crack na confluência entre as R. Guaianazes e dos Gusmões, com forte ocupação noturna de ruas e calçadas, apenas após o comércio local fechar suas portas.

39. Identificada constantemente pelos usuários como “loira”.

40. Estas duas últimas inseridas no pentágono reconhecido pelo poder local como cracolândia.

41. Das quais fazem parte, como indicam outras abordagens etnográficas que não serão aqui descritas, os seguranças privados dos comerciantes.

42. Autorizada pelo Ministério Público, contando com ações conjuntas das Polícias Civil e Militar, órgãos de vistoria e atenção à saúde (Folha Online, 22/7/2009).

43. G. Kassab foi vice-prefeito da gestão J. Serra (PSDB -PFL, 2005-2006) e assumiu a Prefeitura de 2006 em diante (passou a integrar o DEM (ex-PFL), a partir de mar./2007)); ele reelegeu-se para o período 2009-2012.

44. Nossos levantamentos apontam dezenas de matérias a respeito durante julho de 2009.

45. Ver as matérias: Capriglione, 26/06/2009; Spinelli; Credendio, 02/07/2009; Estadão, 22/07/2009; Magalhães, 22/07/2009; O Globo, 23/07/2009; Manso; Zanchetta, 12/07/2009b. Para mais detalhes, ver o ótimo levantamento sobre matérias da grande imprensa presente em texto produzido por Karina Fasson e Bruno Puccinelli, integrantes do GEAC (Fasson; Puccinelli, 2010).

46. O Projeto Quixote, criado em 1996, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP –, sem fins lucrativos e ligado à Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Mantivemos contatos com uma das coordenadoras, mas infelizmente não foi possível acompanhar etnograficamente as relações dos educadores com o público alvo.

47. Há também intervenções na região da Vila Mariana.

48. A entrevista foi realizada em 20/10/2008.

49. Em entrevista realizada em 23/7/2009.

50. Dentro do princípio de que, com a repressão, a dinâmica da cracolândia passa a se espalhar para outras áreas do Centro.

51. Realizado em 15/10/2008 e infelizmente não retomado, apesar de inúmeras tentativas de reencontro com Osvaldo, que posteriormente deixara a instituição.

52. Na época de entrevista, ele já havia encerrado tal atividade no local.
53. Segundo Osvaldo, eles pensam: “Eu não sou nória, eu apenas não estou conseguindo ficar na minha casa” (Coletivo Política do Impossível, 2008, 90).
54. “A Cracolândia existe desde 1990 e ela é um refúgio, não é um espaço físico, delimitado. Por isso, tem a Cracolândia, agora tem a Nova Cracolândia, daqui a pouco vai ter a Nova Cracolândia II, III, IV, vai ter um monte de Cracolândias, pois a Cracolândia não se limita a um espaço” (Coletivo Política do Impossível, 2008, 89-90).
55. Sem falar daquelas que emergem implicitamente do seu discurso, como as ONGs, a polícia, funcionários do poder público ou evangélicos, embora possam ser pensados, nesse caso, mais como agentes que acessariam a cracolândia.
56. A pesquisadora apresentou detalhes dessa pesquisa num seminário promovido pelo GEAC em 6/3/2009. Sua investigação se desenvolveu junto às práticas de agentes facilitadores ligados à Casa de Convivência da Pastoral da Mulher Marginalizada (ligada à Arquidiocese de São Paulo).
57. Ver mais detalhes em Silva (2000, p.72-82). Infelizmente não será possível, no espaço desse artigo, apresentar resultados de uma outra frente de investigação em andamento na Luz, relacionada ao campo da prostituição.
58. Por vezes representados, como vimos, na figura de “Paulo Paulada”; há também relatos sobre a presença de pessoas ligadas ao PCC que atuariam na região, também organizando onde os nórias poderiam ficar para não atrapalhar os comerciantes.
59. De toda forma, vale a pena ressaltar que nosso olhar sobre as interações do É de Lei, realizadas num contexto marcado por certa fluidez, evidentemente não dá conta do conhecimento acumulado pelos seus agentes através de relações duradouras estabelecidas no contexto em questão (com base num evento intitulado “Usos e intervenções no bairro da Luz”, ocorrido em 27/11/2009 no prédio de Ciências Sociais da USP e promovido pelo GEAC, que contou com a participação de Cleone Santos (CIM/GMEL) e Bruno Ramos Gomes (É de Lei)).
60. Quando acompanhávamos as relações entre participantes de um time amador local (Nova Portuguesa da Luz) numa lanchonete do bairro, um rapaz perguntou por que não fora escalado para jogar naquele dia, e o responsável respondeu: “porque você é nória!”, o que foi seguido de muitos risos.
61. Ver detalhes nas matérias: Folha Online, 17/5/2010; 19/5/2010; 20/5/2010; 21/5/2010; Folha de S. Paulo, 23/5/2010; Diário do Nordeste, 31/5/2010.
-

ABSTRACTS

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma investigação mais sistemática do que se convencionou chamar de *cracolândia*, para além de uma série de representações estigmatizantes atreladas ao bairro da Luz e ao centro de São Paulo, principalmente pela mídia impressa e televisiva. A partir da observação etnográfica das redes de relações e conexões, procuraremos trabalhar a ideia da cracolândia como uma modalidade de territorialidade itinerante dentro de um contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais. Nesse texto, especificamente, abordaremos nossas interações com o Centro de Convivência É de Lei nas suas relações com o contexto em questão, que se dão através de ações voltadas à redução de danos junto aos *usuários de crack* - um dentre outros segmentos da população local da Luz que estão sendo abordados numa pesquisa mais ampla (em andamento) -, para assim entender certas mediações estabelecidas com o bairro em questão. Portanto, o artigo traz uma reconstituição

etnográfica desse campo de relações sob o prisma do É de Lei, bem como de outros agentes mediadores envolvidos no mesmo, com o desafio de compreender e explicar tal territorialidade frente às recentes dinâmicas políticas e cotidianas que reconfiguram o contexto pesquisado, marcado pela presença do(s) *nóia(s)*, categoria relacional acionada de forma múltipla e recorrente aos usuários de crack.

INDEX

Palavras-chave: bairro da Luz, territorialidade, crack

AUTHORS

HEITOR FRÚGOLI JR

Professor do Departamento de Antropologia - USP

ENRICO SPAGGIARI

Doutorando em Antropologia Social – USP